

## RELATÓRIO N. 01/2021

### 1. Reunião

Data	Horário	Local	Elaborado por:
28-09-2021	16h	Sala de Reunião virtual Zoom	Fátima Souza

### 2. Identificação da Reunião

2ª Reunião do COMITÊ GESTOR LOCAL DA GESTÃO DE PESSOAS
--

### 3. Comparecimento

Lotação	Servidor	E-mail
5ª ZE - Alegrete	Dr. Thiago Tristão Lima	zon005@tre-rs.jus.br
SGP	Tenísia Cruz Klein	tenisiaklein@tre-rs.jus.br
SGP	Natália Gomes da Silva	nataliasilva@tre-rs.jus.br
GabSGP	Ronaldo Costa Quintana	ronaldoquintana@tre-rs.jus.br
CAE Porto Alegre	Tânia Vieira Marra Bonato	taniamarra@tre-rs.jus.br
124ª ZE - Alvorada	Avelina Lautert	avelinalautert@tre-rs.jus.br
169ª ZE - Caxias do Sul	Edson Moraes Borowski	edsonborowski@tre-rs.jus.br
GabSGP	Fátima Rosane S Souza	fatimasouza@tre-rs.jus.br

### 4. Ausentes

Márcia Angelita Coelho (Licença-saúde)	CAE Porto Alegre
Lílian Saldanha Paiva (férias)	COPEPES
Kelly Vanessa Stobbe (trabalho)	149ª ZE

### 5. Temas abordados

Assunto	Temas	Descrição
Notícias gerais	Provimento de cargos	Foi autorizado o provimento de parte das vagas disponíveis (aproveitamento de concurso do TRF4). Até o final de 2021, poderão ocorrer entre 12 ou 14 nomeações (aguardando sinalização do TSE a respeito). Há processos de remoção em andamento, com o objetivo

		de identificar as vagas para provimento nos cartórios.
	Plano Diretor de Gestão de Pessoas	Plano tático da SGP (vigência no período de 2022-2023): Há etapas/atividades ainda em andamento; alguns achados ainda estão sendo analisados. Quando o documento estiver melhor estruturado, será compartilhado com o Comitê, para receber contribuições antes de ser consolidado, para então ser submetido à DG.
	Justiça Eleitoral Digital	<p>Embora não seja o escopo da reunião, foi apresentada preocupação em relação ao novo sistema de atendimento digital implantado na Justiça eleitoral. O JE Digital traz importantes mudanças no atendimento, principalmente em relação à situação de que o eleitor pode ser atendido por qualquer zona eleitoral do Estado, não mais vinculado à própria zona eleitoral.</p> <p>Em termos de gestão de pessoas, haverá alguma notícia a respeito na intranet? Alguma campanha de divulgação?</p> <p>Uma ampla campanha de divulgação da JE Digital e dos serviços que podem ser feitos por meio digital poderia ajudar a reduzir o movimento de eleitores nos cartórios por ocasião do fechamento do cadastro.</p> <p>Obs: Este projeto é conduzido pela STI. Embora não seja o escopo, como se trata de uma demanda apresentada pelo Comitê, a SGP irá conversar com a STI a respeito.</p> <p>Trata-se de uma mudança que impacta, inclusive, no dimensionamento da força de trabalho e deverá estar contemplada no Projeto Eleições 2022. Entre os desdobramentos, poderá levar à criação de equipes de apoio contingencial, que poderão prestar apoio remotamente, ressalvadas situações que demandem atendimento presencial.</p>
	Teletrabalho	<p>Já há mais de 200 pedidos em andamento, sendo 130 já homologados (em 28 de setembro). Houve um incremento de pedidos, o que tem gerado sobrecarga de trabalho em algumas seções, principalmente na SEATS, que cuida da avaliação médica, e da SEDAC, responsável pelo acompanhamento desses pedidos.</p> <p>A SEDAC também é responsável pelos processos de remoção e seleção interna.</p> <p>Dados estratificados dos pedidos (cartórios e secretaria) ainda não se encontram disponíveis. Empiricamente,</p>

		<p>pode-se afirmar que, no momento, há mais pedidos oriundos da Secretaria e, em menor número, dos cartórios.</p> <p>Entre os TREs prepondera o entendimento pela não concessão de regime de teletrabalho aos chefes de cartório - não em razão da lotação, mas da função. O TRE-RS é uma exceção.</p> <p>Há apenas um caso de não homologação de pedido efetuado por Chefe de Cartório, uma situação excepcional fundamentada em estudos, na análise de normativas e na situação fática do cartório (que contava com um único servidor do quadro, no caso, o solicitante).</p> <p>Em breve, deverá ser proposta uma reunião da DG com o CRECE (aguarda disponibilidade de agenda da DG), uma oportunidade para esclarecimentos. Essa reunião já estava prevista dentro do plano de comunicação da implantação do Teletrabalho. Como se trata de uma inovação em implantação, da transição para uma nova cultura, há um processo pedagógico importante de comunicação e de avaliação, em vista de um ponto ótimo de satisfação. Apesar das vantagens que representa o teletrabalho ao servidor, é preciso ter em vista o interesse público.</p> <p><b>Manifestações</b></p> <p>A adesão ao regime de teletrabalho por parte de servidores de cartório gera dúvidas e preocupações em relação ao bom andamento das atividades: Como conciliar a situação de servidores em teletrabalho, servidores requisitados, manutenção dos cartórios abertos, qualidade no atendimento, engajamento e Justiça Eleitoral digital? Que critérios levar em conta para estabelecer um rodízio entre os servidores? Até que ponto a qualidade do atendimento é afetada pelo teletrabalho? Quais são os critérios para definir quem deverá estar no cartório, presencialmente? Qual o papel do chefe de cartório nessas definições? E em situações de alta demanda por atendimento cartorário, como agir? Pode haver situações caracterizadoras de assédio moral nessas definições? E as situações de violência contra os servidores por ocasião do atendimento?</p> <p>O grupo criado para tratar de questões relativas ao teletrabalho conta com representação do CRECE como órgão consultivo.</p> <p>Neste período, as principais demandas por atendimento cartorário estão voltadas ao fornecimento de certidão para porte de arma, inscrição eleitoral para os jovens que buscam o primeiro emprego e regularização para quem deseja se estabelecer como MEI.</p>
--	--	--

		<p>Há um represamento na movimentação de eleitores (COVID-19, em 2019-2021) que poderá representar um aumento da procura no período próximo ao fechamento do cadastro eleitoral (2022), mesmo com a JE digital. Como ficará o atendimento cartorário em relação ao regime de teletrabalho? Um período de experiência é importante para avaliação e, se for o caso, agir para corrigir distorções e propor melhorias. Seria pertinente estabelecer um período máximo para estar em teletrabalho?</p> <p>Foi reforçada a importância da realização de uma pesquisa entre os servidores em relação à satisfação e à adesão ao regime de teletrabalho. Outras questões foram apontadas como relevantes para uma política de gestão de pessoas e regime de teletrabalho, como, por exemplo: período especial para as gestantes e para os pais em licença paternidade.</p> <p>Obs: No âmbito da Secretaria, também há várias demandas por atividades presenciais (infraestrutura predial, recebimentos e entregas, atendimento odontológico, transporte, posse de novos servidores, entre várias outras. Essa situação também está sendo acompanhada/avaliada pela administração.</p>
Pauta	Atuação do Comitê	<p>A estrutura de comitês integra a governança do TRE, como apoio aos órgãos formais.</p> <p>A proposta é estabelecer um calendário de reuniões trimestrais. Eventualmente, havendo necessidade, podem ser agendadas reuniões extraordinárias ou reuniões temáticas, tanto por parte da coordenação do Comitê como por iniciativa dos demais integrantes.</p> <p>Ainda, como alguns integrantes também participam de outros comitês e comissões, as reuniões trimestrais facilitam a atuação e reduzem a concomitância de atividades.</p> <p>Uma situação prática: em breve, será revisada a Instrução Normativa que versa sobre substituição. Um dos objetivos é integrar o instituto da substituição à uma política de sucessão e de desenvolvimento de competências. No caso, realizados os estudos e delineada uma proposta inicial, o Comitê será chamado a apresentar suas contribuições, tanto para refinar o texto como no plano de comunicação dessa nova forma de tratar a substituição.</p> <p>Outra iniciativa: a contratação de uma formação voltada à gestão de conflitos, denominada “Facilitadores com alma”.</p>

		<p>O objetivo é desenvolver uma abordagem mais preventiva tanto para a resolução de conflitos como para evitar situações de assédio moral no trabalho. E a participação de integrantes deste Comitê na capacitação poderia trazer uma importante contribuição para esse processo.</p> <p><b>Manifestações</b>  As reuniões trimestrais são adequadas. As comunicações e combinações podem ser feitas por meio do Grupo de WhattsApp, quando for necessário.  Também foi destacada a importância de uma capacitação voltada à gestão de conflitos, inclusive como forma de prevenção a situações caracterizadoras de assédio moral. Ainda, foi referida a importância de este Comitê apoiar a Comissão de prevenção ao assédio moral, pois envolve questões sensíveis à gestão de pessoas.</p>
Proposta encaminhada à coordenação do Comitê.	Banco de horas	<p>Relatos sobre a situação de servidores que “perderam” as horas armazenadas no Banco de Horas em razão da dificuldade em usufruir folgas durante o período de trabalho remoto ou teletrabalho ou mesmo quando em atividade presencial, no revezamento entre colegas.  Parte desse passivo de horas tem por origem horas extras da Eleição 2020 não pagas em pecúnia. O TSE ainda não deliberou a respeito, pois o orçamento disponível depende do andamento das eleições suplementares.  Proposta: submeter à DG um pedido de prorrogação da validade dessas horas para 2022. Assim, os servidores poderiam planejar suas folgas com mais tempo.</p> <p><b>Esclarecimento:</b>  O CRECE já formalizou (fevereiro/2021) o pedido para prorrogar por 1 ano a validade das horas. A DG reconhece a importância do tema e deseja revisar a IN P 74; a SGP apresentou relatórios sobre o passivo existente e apresentou uma proposta; a Assessoria Jurídica está estudando como resolver da melhor forma.</p>
	Definições	Próxima reunião: em dezembro, em dia e horário a ser definido com antecedência.